



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2020

ARP nº 44 /2020

PROCESSO nº 000594-54.2020.6.22.8000 - SEI

PREGÃO ELETRÔNICO nº 28/2020.

A **UNIÃO**, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **DF ELETROTECNICA COMERCIO MANUTENCAO E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS ELETRÍCLS EIRELI** inscrita no CNPJ sob o nº. **31.170.338/0001-15**, com sede na TR SAI, Trecho 17, Rua 14, Lote 85, 1º andar, Zona Industrial (guará), CEP: 71.200-240, em Brasília – DF. Telefones: (61) 3026-6285 (61) 99112-8138 e E-mail(s): daniel@hpeletrotecnica.com.br, neste ato representada pelo **DANIEL FERNANDES DA CRUZ**, brasileiro, portador do RG nº. 2.283.951 SSP/DF e CPF nº. 006.701.211-69, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

1. Órgãos participantes.

ÓRGÃO:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Primavera do Leste
SIGLA DO ÓRGÃO	IFMT / PDL
CNPJ	10.784.782/0013-94
UASG:	158970
ENDEREÇO:	Av. Dom Aquino, nº 1.500 – Parque Eldorado – Primavera do Leste/MT – CEP: 78.900-000
RESPONSÁVEL:	Dênis Alvares da Silva – Coordenador de Compras

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TELEFONE:	(66) 3500-2907
E-MAIL:	denis.silva@pdl.ifmt.edu.br

ÓRGÃO:	Instituto Federal de Mato Grosso – Campus São Vicente
SIGLA DO ÓRGÃO	IFMT-SVC
CNPJ	10.784.782/0005-84
UASG:	158335
ENDEREÇO:	CAMPO VERDE: Rua Izidoro Luiz Gentilin, 585 - Bairro Belvedere – Caixa Postal: 252. CEP 78840-000 – Telefone: (65) 3341-2173 - Campo Verde – MT
RESPONSÁVEL:	Osvaldo Martins Capelani
TELEFONE:	65 3341-2111 ou 66 98100-1905 (Whatsapp)
E-MAIL:	dap@svc.ifmt.edu.br

ÓRGÃO:	Instituto Federal de Mato Grosso- Campus Várzea Grande.
SIGLA DO ÓRGÃO	IFMT/VG
CNPJ	10.784.782.0014-75
UASG:	158971
ENDEREÇO:	Av. Tiradentes, Nº 1.300, Loteamento Jardim Manaíra, Bairro Petrópolis, Várzea G
RESPONSÁVEL:	ADENILSON RIBEIRO FRANCISCO
TELEFONE:	(65) 3691-8010 (65) 98104-1375
E-MAIL:	adenilson.francisco@vgd.ifmt.edu.br

ÓRGÃO:	SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM RONDÔN
--------	--

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SIGLA DO ÓRGÃO	SPRF-RO
CNPJ	00.394.494/0127-38
UASG:	200131
ENDEREÇO:	AVENIDA PINHEIRO MACHADO, N° 1276, CENTRO, 76801-128, PORTO VELOSO
RESPONSÁVEL:	GILSON ALVES DE OLIVEIRA (REPRESENTANTE LEGAL)
TELEFONE:	(69) 3121-7816
E-MAIL:	gab.ro@prf.gov.br , sad.ro@prf.gov.br

ÓRGÃO:	HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO
SIGLA DO ÓRGÃO	HGuPV
CNPJ	09.552.435/0001-13
UASG:	160351
ENDEREÇO:	Rua Rui Barbosa, 409, Centro, Porto Velho, RO, CEP 76801-010.
RESPONSÁVEL:	LISSANDRO ANONY FORTES - 2º Tenente
TELEFONE:	(69) 32184806
E-MAIL:	almoxarife@hgupv.eb.mil.br

1.2. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item da ARP	DESCRIÇÃO	Unid.	Vlr Unit. R\$	01 TRE RO	02 IFMT/ PDL	04 IFMT/ LRV	05 IFMT/ VG	06 SPRI RO
01	Item 13 do Edital. PARAFUSADEIRA. PARAFUSADEIRA/FURADEIRA, tipo profissional, com velocidade reversível, rotação mínima de 600 rpm e máxima de	Unid	496,50	02	05	03	01	20



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.900 rpm, mandril de aperto rápido de $\frac{3}{4}$ ou $\frac{1}{2}$ polegada, carregador bivolt, com duas baterias de no mínimo 12v, maleta para condicionamento. Garantia de 12(doze) meses. Referência: marca/modelo Makita DF330DWEB ou similar. Modelo/Versão: HP331DWY. Marca: Makita.							
Valor total da ARP, R\$							

1.3. No Anexo I do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Notas de Empenho de Despesa.

1.4. As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definidas nas respectivas Notas de Empenho.

1.5. O prazo de entrega dos materiais é de, no máximo, 30 (*trinta*) dias consecutivos, contados da data de recebimento da Nota de Empenho.

1.6. No TRE-RO, todos os materiais deverão ser entregues em dias úteis, no horário de 8h às 18h, na Seção de Patrimônio no Edifício Anexo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia localizado na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76805-859. Telefone para agendamento: (069) 3211-2013.

1.7. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de f

1.8. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.9. No TRE-RO, a Gestão e Fiscalização do contrato serão realizadas pelo titular da Seção de Patrimônio - SEPAT, ou por quem suas vezes fizerem, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

2. Não houve Adesão ao Cadastro Reserva desta Ata de Registro de Preços.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 08 de setembro de 2020.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	DANIEL FERNANDES DA CRUZ Pela Adjudicatária Fornecedor
<i>Fábia Maria dos Santos Silva</i> CPF: 567.849.102-49 Testemunha	<i>Roberto Cavalcanti</i> CPF: 255.812.874-49 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 08/09/2020, às 22:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL FERNANDES DA CRUZ, Usuário Externo**, em 09/09/2020, às 08:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA, Técnico Judiciário**, em 09/09/2020, às 10:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 09/09/2020, às 12:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000594-54.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE PATRIMÔNIO

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 28/2020 – Sistema de Registro de Preço/ SRP – eventual aquisição de material permanentes. - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 176 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Patrimônio-SEPAT, com o objetivo de eventual **aquisição de material permanente**, via Sistema de Registro de Preços, para suprir as necessidades deste Tribunal, durante o exercício 2020 e 2021.

02. Após regular tramitação, juntou-se aos autos a minuta do Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos ([0557314](#)), a qual logrou aprovação por esta unidade, por meio do Parecer Jurídico nº 135/2020 - PRES/DG/AJDG ([0559850](#)), convertendo-se no Edital de Pregão Eletrônico nº 28/2020 ([0560178](#)).

03. Os documentos comprobatórios da divulgação do instrumento convocatório foram juntados nos eventos [0560195](#) e [0561087](#).

04. Não houve pedido de esclarecimento ou impugnação ao Edital.

05. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) Relatório de propostas ([0565404](#));

b) Propostas e declarações das licitantes KMLR PINHEIRO, CNPJ nº 12.555.875/0001-39, para o item 1 ([0565405](#)); BID COMERCIAL ELETRO EIRELI, CNPJ nº 35.841.294/0001-69, itens 02, 07 e 19 ([0565406](#)), REI TECH – EIRELI, CNPJ nº 16.778.654/0001-80, para o item 03 ([0565411](#)), MAPE COMERCIALIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA, CNPJ nº 05.379.350/0001-24, para o itens 04 e 06 ([0565414](#)), ATLANTA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA – EPP, CNPJ nº 84.558.634/0001-54, para o item 5 ([0565417](#)), CAROLINA KOZAR DOS SNATOS 11610141954 – MEI, CNPJ nº 32.314.972/0001-47 ([0565419](#)), CINEFLEX INDÚSTRIA DE PRODUTOS VISUAIS EIRELI – EPP, CNPJ nº 10.776.858/0001-04, para o item 9 ([0565420](#)), LAB VISION – COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA, CNPJ nº 35.257.762/0001-63, para os item 10 ([0565421](#)), J. L. DO B. GUIMARAES – JBX PRODUTOS EIRELI ME, CNPJ nº 15.733.417/0001-30, para o item 11 ([0565423](#)), DF ELETROTECNICA COMERCIO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS EIRELI, CNPJ nº 31.170.338/0001-15, para o itens 13 e 14 ([0565424](#)) e ERICA DE FATIMA GENTIL, CNPJ nº 36.656.877/0001-82, para o itens 15 e 16 ([0565425](#));

c) Solicitação nº 95/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0565426](#)), requisitando manifestação técnica quanto à aceitabilidade das propostas para os itens 1 a 16 e 19, bem como sua respectiva resposta na Manifestação nº 05/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEPAT ([0548844](#));

d) Propostas e declarações da licitante MATEC IMPORTADO AV IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, INDUSTRIA E COMERCIO, CNPJ nº 03.598.410/0001-740, para o item 08 ([0567634](#));

e) Solicitação nº 100/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0567636](#)), requisitando manifestação técnica quanto à aceitabilidade das propostas feitas aos itens 05, 06, 08 e 14, bem como sua respectiva resposta na Manifestações nº 6/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/ SEPAT (0568356) e nº 7/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/ SEPAT ([0568452](#)) e na Informação nº 136/2020 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0568770](#)); e

f) documentos de habilitação das empresas BID COMERCIAL ELETRO EIRELI para itens 2, 7 e 19 ([0571426](#)), CINEFLEX INDUSTRIA DE PRODUTOS VISUAIS EIRELI para item 9 ([0571427](#)) DF ELETROTECNICA COMERCIO MANUTENCAO E LOCACAO DE EQUIP para item 13 ([0571430](#)), ERICA DE FATIMA GENTIL para itens 15 e 16 ([0571432](#)), J.L. DO B. GUIMARAES - JBX PRODUTOS EIRELI ME para item 11([0571433](#)), K.M.L.R. PINHEIRO INFORMATICA para item 1 ([0571434](#)), LAB VISION - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA para item 10 ([0571436](#)), MAPE COMERCIALIZACAO E REPRESENTACAO LTDA para itens 4, 5 e 6



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([0571437](#)) MATEC AV IMPORTACAO, EXPORTACAO, INDUSTRIA E COMERCIO para item 8 ([0571438](#)) e REI TECH – EIRELI para o item 3 ([0571439](#)).

06. Na continuidade o Pregoeiro trouxe aos autos a Ata do certame ([0571444](#)), Resultado por Fornecedor ([0571446](#)), Termo de Adjudicação ([0571448](#)), Resultado de Licitação publicado ([0572953](#)).

07. Por fim, em seu Relatório nº 50/2020 – PRES/DG/SAODC/COMAP/SLC ([0571456](#)), o pregoeiro relata as principais ocorrências da competição.

08. Assim, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0572955](#)). **É o breve e necessário relato.**

II – DA ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2020

09. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto ([0561087](#)).

10. Na publicação do aviso ([0560195](#)), consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

11. Destarte, passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital: Não houve;

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve;

c) Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0565404](#))



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e na ata do certame ([0571444](#)). Não houve recusa de lances;

d) Fase de negociação/aceitação: Todas as ocorrências foram registradas subitem 5.3 do Relatório nº 50/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0571456](#)). Desse modo, as justificativas demonstram que o pregoeiro, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório;

e) Cancelados na aceitação: Sim. Os 12, 14, 17 e 18 restaram fracassados;

f) Item deserto: Não houve;

g) Fase de Habilitação: As empresas BID COMERCIAL ELETRO EIRELI (itens 2, 7 e 19 - [0571426](#)), CINEFLEX INDUSTRIA DE PRODUTOS VISUAIS EIRELI (item 9 - [0571427](#)), DF ELETROTECNICA COMERCIO MANUTENCAO E LOCACAO DE EQUIP (item 13 - [0571430](#)), ERICA DE FATIMA GENTIL (itens 15 e 16 - [0571432](#)), J.L. DO B. GUIMARAES - JBX PRODUTOS EIRELI ME (item 11 - [0571433](#)), K.M.L.R. PINHEIRO INFORMATICA (item 1 - [0571434](#)), LAB VISION - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA (item 10 - [0571436](#)), MAPE COMERCIALIZACAO E REPRESENTACAO LTDA (itens 4, 5 e 6 - [0571437](#)), MATEC AV IMPORTACAO, EXPORTACAO, INDUSTRIA E COMERCIO (item 8 - [0571438](#)), REI TECH – EIRELI (item 3 - [0571439](#)) atenderam os requisitos habilitatórios, consoante documentação acostadas ao feito, e foram habilitadas.

O pregoeiro registro, no seu relatório, que, ao consultar o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, verificou o vencimento da regularidade fiscal municipal da licitante MAPE COMERCIALIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA., Contudo, não inabilitou a referida empresa, uma vez que o objeto trata de fornecimento, logo passível de tributação estadual (art. 155, II, CF).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Neste ponto, não se observar qualquer irregularidade no posicionamento tomado pelo pregoeiro. Ele está condizente com a previsão do art. 4º, XIII, da Lei nº 10.520/2002, no qual dispõe que a situação regular perante as Fazendas Estadual e Municipal só será exigida quando for o caso. A hipótese referida pela lei é que a regularidade a ser constada será à aquela relativa ao tributo que incide no objeto e referente ao domicílio/sede do licitante, nos termos do art. 193, da Lei nº 5.172/1966 – Código Tributário Nacional.

Além disso, está observando o princípio da razoabilidade e da universalidade, compatibilizando-o com o art. 37, inc. XXI, da CF, que restringe os requisitos de habilitação às exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

a regularidade a ser verificada será àquela relativa ao tributo que incide no objeto e referente ao domicílio/sede do licitante.

h) Recursos: Não houve intenção de recurso.

12. Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às vencedoras.**

13. É importante registrar que, mesmo restando fracassados alguns itens na licitação, o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0571444](#)).

14. Destarte, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

15. Pois bem, os **itens 12, 14, 17 e 18 restaram fracassados**, pois os licitantes apresentaram valor da proposta acima do estimado e não aceitaram reduzi-la ou não apresentaram os anexos de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

proposta completos. Desta forma, para resolução do fracasso da licitação tem-se as seguintes opções: repetição do certame licitatório ou contratação direta por dispensa de licitação.

16. Caso não haja prejuízo, em razão da demora, de outro procedimento licitatório, a Administração poderá pleitear a repetição do certame. Nesse caso específico a SEPAT deverá se manifestar acerca da repetição do certame. Considerando as justificativas apresentadas por esta unidade técnica solicitante da aquisição, **poderá** afigurar-se inviável a repetição do certame sem o risco de prejuízos. Dessa forma analisaremos a possibilidade de contratação direta prevista no **inciso V do artigo 24 da Lei nº 8.666/93**.

17. De outra parte, se a Administração concluir que a repetição do certame não é vantajosa e que pode ocasionar nova frustração, postergando ainda mais o início da prestação dos serviços, além de importar em antieconomicidade, **poderá opinar pela contratação direta de seu objeto com fundamento no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, que trata de licitações desertas.

18. Sobre o tema, é importante observar o que preceitua o **referido dispositivo legal**, que estabelece ser **dispensável a licitação** quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração Pública, **mantidas**, nesse caso, todas as **condições preestabelecidas**.

19. O entendimento de que os casos de ausência de licitantes interessados a que alude o art. 24, V, da Lei nº 8.666/93 abarca tanto as situações de licitações com itens desertos quanto às licitações com itens **fracassados** ancora-se no escólio de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, o qual afirma que **“não se pode acolher como interessado àquele que comparece sem ter condições jurídicas para contratar”** ou, ainda, aquele que **“formula proposta que não atende aos requisitos do ato convocatório, ou vem a ter desclassificada sua proposta**, na forma do art. 48 da Lei nº 8.666/93” (sem grifo no original).

20. A respeito da admissibilidade de aplicação da dispensa fundamentada no inciso V, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, veja-se abaixo o posicionamento da Corte de Contas Nacional com relação a este tema:

Observa a Unidade Técnica que, de fato, o autor citado entende como desinteresse pela licitação os casos de não acudirem licitantes, ou todos serem desqualificados ou nenhuma proposta classificada como se lê na sua obra *Direito Administrativo Brasileiro*, Malheiros, 26ª ed., p.264. No entanto, observa que a doutrina diferencia licitação deserta de fracassada, no dizer de Zanella Di Pietro, em *Direito Administrativo*, Atlas, 14ª ed., p. 313 e em face da divergência doutrinária procurar arrimo na jurisprudência prevalecente desta Corte de Contas onde se busca o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fundamento jurídico último, a ratio juris do inciso V do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, que é obstar a ocorrência de algum prejuízo à Administração por conta da injustificada repetição de um procedimento licitatório, autorizando-se a contratação direta quando a licitação anteriormente realizada, por razões alheias à ação do Poder Público, não logra êxito. Mesmo assim, defende que essa alegada possibilidade de ocorrência de prejuízo à Administração por conta da repetição do certame, assim como a presumível eliminação daquele prejuízo com a imediata contratação direta, ou mesmo por que não se iniciou o procedimento licitatório anteriormente, deverá estar convincentemente demonstrada por parte do órgão desejoso de contratar, visto ser isso o que inequivocamente deflui do preceito legal em comento ao aludir à licitação que, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. **Acórdão 551/2002 Segunda Câmara (Relatório do Ministro Relator).**

21. Nesse contexto, essa dispensa estaria, ainda, respaldada nos princípios do interesse público, da economicidade e da eficiência, pois se a Administração efetivar todas as tentativas para obter sucesso em sua licitação e, mesmo assim, esta não seja concretizada, o serviço público não pode ser prejudicado, sendo possível a aplicação da dispensa.

22. Ainda, conforme o magistério do doutrinador citado, a aplicação de dispensa de licitação capitulada no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, requer o atendimento de 05 (cinco) requisitos serem observados pela administração, se persistir interesse na aquisição/contratação:

- a) ocorrência de licitação anterior;
- b) ausência de interessados;
- c) risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório;
- d) inevitabilidade do prejuízo mediante contratação direta e;
- e) manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.

23. Reforça-se que todos os requisitos deverão ser devidamente preenchidos e estar criteriosamente informados nos autos, de modo que se possa fundamentar a contratação direta.

24. Nesse sentido, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, há possibilidade jurídica de enquadrar a contratação pretendida sob o pálio do **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ressaltando que a Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame.** De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estimado para a contratação. **A este respeito, Decisão TCU nº 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU nº 2219/2010-Plenário.**

III - DA CONCLUSÃO

25. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0571448](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

26. Reafirmar-se a possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos.

27. Por derradeiro, a Administração deverá **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Ademais, recomenda-se que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto.

À consideração da autoridade competente



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, **Analista Judiciário**, em 28/08/2020, às 18:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, **Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 28/08/2020, às 18:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000594-54.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE PATRIMÔNIO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Aquisição de material permanente, via Sistema de Registro de Preço. Homologação de Pregão Eletrônico n. 28/2020.

DESPACHO Nº 1340 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Patrimônio - SEPAT, com o objetivo de adquirir material permanente, via Sistema de Registro de Preços, para suprir as necessidades deste Tribunal, durante os exercícios 2020 e 2021.

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral para análise final do processo licitatório, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico nº 28/2020 ([0560178](#)).

O Pregoeiro juntou aos autos a Ata do certame ([0571444](#)), o Resultado por Fornecedor ([0571446](#)), Relatório nº 50/2020 ([0571456](#)), Resultado de Licitação ([0548396](#)), Termo de Adjudicação ([0571448](#)) e Resultado de Licitação publicado ([0572953](#)).

Não houve pedido de esclarecimentos, impugnação ou intenção de recurso.

Os 12, 14, 17 e 18 restaram fracassados, pois os licitantes apresentaram valor da proposta acima do estimado e não aceitaram reduzi-la ou não apresentaram os anexos de proposta completos.

Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedoras do certame as licitantes: 03.598.410/0001-74 - MATEC AV IMPORTAC AO, EXPORTACAO, INDUSTRIA E COMERCIO, item 8, valor R\$ 19.845,00 (dezenove mil oitocentos e quarenta e cinco reais); 05.379.350/0001-24 - MAPE COMERCIALIZACAO E REPRESENTACAO LTDA, itens 4, 5 e 6, valor R\$ 49.957,58 (quarenta e nove mil novecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e oito centavos); 10.776.858/0001-04 - CINEFLEX INDUSTRIA DE PRODUTOS VISUAIS EIRELI, item 9, valor R\$ 20.130,00 (vinte mil cento e trinta reais); 12.555.875/0001-39 - K.M.L.R. PINHEIRO INFORMATICA, item 1, valor R\$ 46.859,00 (quarenta e seis mil oitocentos e cinquenta e nove reais); 15.733.417/0001-30 - J.L. DO B. GUIMARAES - JBX PRODUTOS EIRELI ME, item 11, valor R\$ 35.572,23 (trinta e cinco mil quinhentos e setenta e dois reais e vinte e três centavos); 16.778.654/0001-80 - REI TECH - EIRELI, item 3, valor R\$ 47.393,28 (quarenta e sete mil trezentos e noventa e três reais e vinte e oito centavos); 31.170.338/0001-15 - DF ELETROTECNICA COMERCIO MANUTENCAO E LOCACAO DE EQUIP, item 13, valor R\$ 15.888,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(quinze mil oitocentos e oitenta e oito reais); 35.257.760/0001-63 - LAB VISION - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA, item 10, valor R\$ 11.880,00 (onze mil oitocentos e oitenta reais); 35.841.294/0001-69 - BID CO M E R C I A L ELETRO EIRELI, itens 2, 7 e 19, valor R\$ 76.238,30 (setenta e seis mil duzentos e trinta e oito reais e trinta centavos); 36.656.877/0001-82 - ERICA DE FATIMA GENTIL, itens 15 e 16, valor R\$ 26.970,00 (vinte e seis mil novecentos e setenta reais). Valor total R\$ 350.733,39 (trezentos e cinquenta mil setecentos e trinta e três reais e trinta e nove centavos). Superada a etapa recursal, o Pregoeiro adjudicou o objeto às vencedoras.

Mediante o Parecer Jurídico nº 176/2020 ([0577710](#)), a Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0571448](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 e pela possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados, com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ou realizar a repetição do certame, se não acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Por fim, recomendou que se investigasse as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto.

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

O procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0571444](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta diretora-geral **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 28/2020**, consoante Termo de Adjudicação ([0571448](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

À SEPAT para se manifestar sobre a contratação direta dos itens 12, 14, 17 e 18, com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, demonstrando a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame ou pela realização de novo certame para aquisição futura,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

atentando para a recomendação contida no item 27 do Parecer Jurídico nº 176/2020.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 31/08/2020, às 17:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.